

Universidade Gama Filho

JANE BAPTISTONE DE ARAÚJO

**REFERENCIAÇÃO ANAFÓRICA: AS FORMAS NOMINAIS ANAFÓRICAS EM
TEXTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS**

Brasília
2010

JANE BAPTISTONE DE ARAÚJO

**REFERENCIAÇÃO ANAFÓRICA: AS FORMAS NOMINAIS ANAFÓRICAS EM
TEXTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS**

Monografia apresentada à Universidade Gama
Filho como requisito parcial para obtenção do
título de especialista em Revisão de Texto.

Orientador: Prof. Marcelo Whately Paiva

Brasília
2010

JANE BAPTISTONE DE ARAÚJO

**REFERENCIAÇÃO ANAFÓRICA: AS FORMAS NOMINAIS ANAFÓRICAS EM
TEXTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS**

Monografia apta para a obtenção do título de
especialista em Revisão de Texto.

Banca examinadora:

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem devo, acima de tudo e de todos, toda honra, glória e louvor, por tudo que me tem concedido.

Ao meu esposo e aos meus filhos, pela compreensão, confiança e apoio incondicional nos momentos difíceis.

A todas as demais pessoas que, de alguma maneira, auxiliaram na concretização deste trabalho.

RESUMO

Esta monografia pretende descrever como as estratégias de referenciação anafórica com núcleos nominais garantem a progressão textual em textos técnico-científicos. Esta análise parte do pressuposto de que a referenciação constitui uma atividade discursiva. Logo, admite-se que os referentes são vistos como objetos de discurso que não se confundem com a realidade extralinguística. São dinâmicos e vão sendo construídos e reconstruídos no interior do próprio discurso. Dessa forma, uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente modificados, desativados, reativados, (re)construindo-se, assim, o sentido do texto no curso da progressão textual. O presente estudo pretende mostrar mais detalhadamente o processo de referenciação por meio de duas categorias de análise: anáforas correferenciais e anáforas não correferenciais. Os dados que fundamentam este trabalho foram coletados em um corpus constituído de textos técnico-científicos retirados de três publicações editadas pela Embrapa: *Revista de Política Agrícola*, *Texto para Discussão* e *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Por meio da análise do corpus, observaremos os seguintes aspectos: como os autores organizam as informações nesses textos, quais processos de referenciação anafórica são mais utilizados pelos autores e como esses processos contribuem para a objetividade e a clareza da linguagem científica.

Palavras-chave: referenciação anafórica, textos técnico-científicos, correferenciação.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição geral das ocorrências por tipos de anáforas correferenciais	26
Gráfico 2 – Distribuição geral das ocorrências por tipos de anáforas não correferenciais	29
Gráfico 3 – Distribuição em percentual das anáforas correferenciais e não correferenciais	33
Gráfico 4 – Distribuição geral de ocorrências por tipos de anáforas	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das anáforas correferenciais no corpus	25
Tabela 2 – Distribuição das anáforas não correferenciais no corpus	29

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 – Referenciação: uma atividade discursiva	10
Capítulo 2 – A questão da anáfora	13
Capítulo 3 – Correferenciação	16
3.1 Anáforas correferenciais sem recategorização	17
3.1.1 Repetição total ou parcial	17
3.1.2 Sinonímia ou parassinonímia	18
3.2 Anáforas correferenciais recategorizadoras	18
3.2.1 Hiperonímia	18
3.2.2 Termos genéricos	19
3.2.3 Descrições nominais	19
3.3 Anáforas não correferenciais	19
3.3.1 Anáfora indireta	20
3.3.2 Anáforas rotuladoras	21
3.3.3 Rotulações metadiscursivas	22
Capítulo 4 – Análise dos dados	24
4.1 Corpus	24
4.2 Resultados	25
4.2.1 Anáforas correferenciais	25
4.2.2 Anáforas não correferenciais	28
Conclusão	32
Referências	35

INTRODUÇÃO

Os textos técnico-científicos – utilizados na divulgação de pesquisas realizadas no mundo científico, e publicados em periódicos e revistas especializadas – utilizam-se de uma linguagem que visa à objetividade, permitindo, assim, a aproximação entre leitor e texto. Essa linguagem tem suas características próprias e é marcada por grande incidência de estratégias de referenciação, as quais atuam de forma que as intenções comunicativas de seus produtores sejam atingidas.

Nessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo analisar as ocorrências dos processos de referenciação utilizados no discurso científico, observando, ainda, como os autores organizam as informações em seus textos. Os dados que fundamentam este trabalho foram coletados em um corpus constituído de textos técnico-científicos retirados de três publicações editadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): *Revista de Política Agrícola*, *Texto para Discussão* e *Cadernos de Ciência & Tecnologia*.

Entre os muitos processos que a referenciação abrange, a análise dos dados do corpus buscou investigar particularmente as ocorrências de anáforas e, mais especificamente, de formas nominais referenciais anafóricas.

Sabe-se que “as formas ou expressões nominais são recurso dos mais eficientes para a construção e reconstrução de objetos-de-discurso” (KOCH, 2008a, p. 203). Por conseguinte, observa-se que tais formas exercem grande importância na progressão textual, pelo fato de desempenharem “função de remissão a elementos presentes no co-texto ou detectáveis a partir de outros elementos nele presentes” (KOCH, 2004, p. 244). Diante disso, justifica-se o interesse por essas formas anafóricas, considerando-se que o estudo dessas estratégias de referenciação permite que se compreenda o percurso de construção do sentido do texto.

Embora não haja um consenso quanto à classificação das anáforas, para esta pesquisa buscou-se percorrer uma análise investigativa em torno de duas categorias: as anáforas correferenciais e as anáforas não correferenciais. Para tanto, efetuou-se o estudo com base na descrição proposta por Koch (2004). Segundo a autora, a anáfora pode dar-se com ou sem retomada de referentes anteriormente expressos. Nos casos de anáfora com retomada, pode ocorrer

simplesmente a correferência entre a expressão anafórica e seu antecedente textual, ou, ainda, pode haver a recategorização desse antecedente. Por sua vez, quando não há retomada, o referente da expressão nominal terá de ser construído com base em um elemento ou conjunto de elementos presentes no cotexto, o qual, segundo Koch (2004), tem-se denominado “âncora ou gatilho do antecedente”.

Assim, partindo das noções de correferenciação e de não correferenciação, este estudo tem como objetivo analisar – nos textos que constituem o corpus – as estratégias de referenciação anafórica com núcleos nominais. Pretende-se ainda verificar quais são as formas nominais anafóricas (correferenciais ou não) mais recorrentes nos artigos selecionados e como essas estratégias de referenciação contribuem para a objetividade e a clareza da linguagem científica.

Do ponto de vista estrutural, este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, discute-se o conceito de referenciação como atividade discursiva. Nos capítulos 2 e 3, apresenta-se a noção de anáfora, com destaque para as anáforas correferenciais e não correferenciais, categorias essas analisadas com base em Koch (2004).

No quarto capítulo, descrevem-se os dados utilizados e os procedimentos de análise. Além disso, apresenta-se o levantamento das formas nominais anafóricas empregadas pelos autores na construção dos textos que constituem o corpus. Por fim, na Conclusão, apresentam-se algumas considerações às quais se pôde chegar, a partir da observação empreendida.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAÇÃO: UMA ATIVIDADE DISCURSIVA

Por tratar-se de uma das principais estratégias de construção do sentido do texto e da progressão temática, a referenciação tem recebido especial destaque nos estudos recentemente realizados no campo da Linguística Textual. O discurso da concepção tradicional postulava uma condição referencial da linguagem fundada numa relação direta entre as palavras e as coisas do mundo. Nos últimos anos, porém, a referenciação tem sido entendida como uma “atividade discursiva” (MONDADA; DUBOIS, 2003; KOCH, 2003, 2005b; KOCH; MARCUSCHI, 1998; MARCUSCHI, 2000, 2005) por meio da qual os sujeitos constroem e reconstroem objetos a que fazem referência à medida que o discurso progride.

Mondada e Dubois (2003), ao tratarem da referenciação, privilegiam a relação entre as palavras e as coisas e consideram os sujeitos socialmente constituídos, os quais são capazes de adequar seus discursos a cada situação e a cada finalidade comunicativa. As autoras consideram necessária a substituição do termo **referência** por **referenciação**, visto que o ato de referenciar é concebido como uma atividade de linguagem realizada por sujeitos históricos e sociais em interação, que constroem mundos textuais, cujos objetos não refletem fielmente o mundo real, mas são constituídos em meio a práticas sociais.

Nessa perspectiva, o presente estudo pressupõe a concepção de língua defendida pelas mesmas autoras, segundo a qual “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17). Dessa forma, a referenciação emerge da distância e da não correspondência entre as palavras e as coisas e, quando focalizada sob a perspectiva linguística interacionista e discursiva, diz respeito à “construção de objetos de discurso e de negociação de modelos públicos do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 48), em vez “de se referir a uma ordem de mundo ideal e universal e à sua nomeação” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 49).

Nesse contexto, entende-se que a língua não existe “fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm” (KOCH, 2008b, p. 202). Em outras palavras, “os objetos-de-discurso não pré-existem ao discurso

como tal, mas são construídos no seu interior. São estes objetos que os itens lexicais vão designar e não propriamente algo que esteja fora da mente, isto é, algo *mundano*” (KOCH; MARCUSCHI, 1998, grifo dos autores). Koch ainda afirma que:

[...] interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural. A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como *objetos-de-discurso* e não como *objetos-do-mundo*. (KOCH, 2003, p. 79, grifos da autora)

Assim, os processos de referenciação são tidos como “escolhas do sujeito em função de um querer-dizer” (KOCH, 2005b, p. 35). Os referentes, por sua vez, “não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constroem-na no próprio processo de interação” (KOCH, 2002, p. 31). São dinâmicos, pois, uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente modificados, desativados, reativados, (re)construindo-se, assim, o sentido do texto, no curso da progressão textual.

A esse respeito, Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995 apud KOCH; MARCUSCHI, 2002, p. 37-38) afirmam que:

- a) a referência é sobretudo um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve;
- b) o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo em que é tributário dessa construção;
- c) e, finalmente, eventuais modificações, quer físicas, quer de qualquer outro tipo, sofridas “mundanamente” ou mesmo predicativamente por um referente, não acarretam necessariamente no discurso uma recategorização lexical.

Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995 apud KOCH, 2002, p. 31) afirmam, ainda, que o discurso constrói uma “representação que opera como uma memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual), ‘publicamente’ alimentada pelo próprio discurso”. As sucessivas escolhas feitas pelos interlocutores são sustentadas por essa memória, em particular as escolhas das expressões referenciais.

Na constituição da memória discursiva, estão envolvidas as seguintes estratégias de referenciação (KOCH, 2002):

- a) Construção: quando um referente novo é introduzido, passando a ter um endereço na memória discursiva.

- b) Reconstrução: quando um referente já presente na memória discursiva é reintroduzido, por meio de uma forma referencial.
- c) Desfocagem: quando um novo objeto de discurso é introduzido passando a ocupar a posição focal. No entanto, o objeto retirado de foco não é apagado do discurso, podendo ser retomado posteriormente.

Segundo Koch (2002), é a repetição cíclica de tais estratégias que, por um lado, estabiliza o modelo textual. Apesar disso, esse modelo é continuamente reelaborado e modificado por meio de novas referências. Assim, durante o processo de compreensão, cria-se na memória do leitor uma representação extremamente complexa, pelo acréscimo de novas informações, além de avaliações feitas em torno do referente. À medida que os discursos vão evoluindo, os referentes vão evoluindo, vão tomando forma, ocupando lugar no espaço, compondo a textualidade.

Diante do exposto, conclui-se que um texto não se caracteriza por uma continuidade progressiva linear. Pelo contrário, sua progressão dá-se pela ativação de referentes textuais somados a outros apresentados anteriormente ou posteriormente. Em outras palavras, ela ocorre com base no *já dito* (anáfora), no que *será dito* (catáfora), e no que *é sugerido* (fusões, alusões, etc.).

Após essas observações gerais sobre a referência, no próximo capítulo, será discutida a noção de anáfora.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO DA ANÁFORA

Embora não exista entre os estudiosos uma posição unânime no que diz respeito à definição de anáfora, observa-se, em comum, a ideia de que a anáfora consiste em uma relação entre dois elementos, dos quais um deles é denominado antecedente, e o outro, elemento anafórico.

São várias as abordagens teóricas que buscam fornecer uma descrição do fenômeno anafórico, no entanto pode-se afirmar que essa estratégia textual pode ser estudada sob duas perspectivas: uma delas mantém a visão clássica da anáfora, considerando-a no sentido tradicional do termo (MILNER, 2003); a outra compartilha uma visão mais ampla, redefinindo o seu conceito (APOTHÉLOZ, 2003; KOCH; MARCUSCHI, 2002).

Os partidários da visão estrita da anáfora consideram-na um fenômeno essencialmente ligado à coesão textual e caracterizado pela retomada de um segmento de texto por outro. Segundo esse ponto de vista, portanto, a anáfora deve ser correferencial e o antecedente deve estar explícito na superfície do texto.

Nessa visão mais formal das relações anafóricas, o mínimo exigido é que, pelo menos, dois termos entrem em ação: o anafórico e seu antecedente. Milner (2003), partidário dessa mesma visão, apresenta a seguinte definição voltada para a concepção clássica de anáfora:

Há relação de anáfora entre duas unidades A e B quando a interpretação de B depende crucialmente da existência de A, a ponto de se poder dizer que a unidade B só é interpretável na medida em que ela retoma – inteira ou parcialmente – A. Esta relação existe quando B é um pronome cuja referência virtual só se estabelece pela interpretação de um N” que o pronome “repete”. Ela existe igualmente quando B é um N” cujo traço definido – ou seja, o traço identificável do referente – depende exclusivamente da ocorrência, no contexto, de um certo N” – na verdade, geralmente, o mesmo do ponto de vista lexical. (MILNER, 2003, p. 95)

Nessa concepção, a anáfora é vista como substituta de um item lexical antecedente, retomando-o inteira ou parcialmente. Dessa forma, a anáfora não introduz algo diverso, ou seja, faz apenas reativação de termos ou de porções textuais, mantendo o encadeamento de referentes, de forma adjacente, na superfície textual.

Essa noção de anáfora é considerada restrita por Marcuschi (2000b). Segundo o autor:

Uma tal definição estrita de anáfora tem a vantagem do controle do fenômeno, mas a desvantagem da limitação da observação e impossibilidade de explicação de um grande número de referências textuais que, apesar de serem anafóricas, não são do tipo desenhado por Milner. (MARCUSCHI, 2000b, p. 196)

A crença de que a anáfora tem como princípio básico essa operação semântica de correferência orientou as investigações de linguistas que estudaram não só a anáfora, mas também a coesão textual. Entretanto, a progressão discursiva delineada pelas retomadas anafóricas vai além da uniformização da continuidade referencial, como aponta Koch e Marcuschi (1998), podendo ocasionar alteração no objeto de discurso:

[...] a progressão referencial não implica necessariamente a *correferência*, isto é, ela pode dar-se como uma reconstrução fundada num contexto gerado no interior do próprio texto sem implicar retomada de referentes, mesmo que faça uso de repetição de itens lexicais. (grifo dos autores)

Os mesmos autores afirmam ainda que

[...] a progressão referencial, quer do ponto de vista textual quer cognitivo, não se dá numa simples correlação anafórica, o que leva a rediscutir a própria noção de anáfora. (KOCH; MARCUSCHI, 1998)

Nesse contexto, a ideia de que referir é apenas correferenciar se desfaz e, em seu lugar, constrói-se a noção de que os processos de progressão referencial vão além do que se pode observar na superfície do texto, eles abarcam uma “complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso” (KOCH; MARCUSCHI, 1998).

Diante do exposto, é importante destacar que a visão clássica e linear da anáfora não discute o processo de referenciação em todas as suas implicações, deixando para trás uma série de questionamentos quanto à dinâmica textual, pois não é toda anáfora que estabelece, com seu referente, ainda que parcialmente, uma relação de continuidade (retomada). Dessa forma, autores como Marcuschi (2005) e Koch (2003) perceberam que um anafórico não exige obrigatoriamente um antecedente explícito no cotexto, embora sempre faça remissão a alguma pista da superfície textual que lhe serve de “âncora” para ser interpretado.

Com base nisso, Marcuschi (2005) considera dois grandes grupos de anáfora:

- a) Anáforas diretas: caracterizam-se pela reativação de referentes prévios, recuperando-os total ou parcialmente.
- b) Anáforas indiretas: caracterizam-se por não estarem vinculadas nem à noção de correferência, nem à de retomada (trata-se de processos de introdução de novos referentes).

Conclui-se então que o ponto central das discussões a respeito da anáfora está na dicotomia visão estreita e visão ampla. Mais especificamente, essa questão está relacionada à noção de correferência, visto que, na visão estreita, essa é a condição para que haja anáfora; enquanto, na visão ampla, essa condição não é essencial para a ocorrência do fenômeno anafórico.

Uma vez estabelecidas as bases conceituais sobre a categoria anáfora, faz-se necessário, neste momento, estabelecer algumas considerações a respeito da correferenciação, a fim de esclarecer qual é a noção que interessa a este trabalho.

CAPÍTULO 3

CORREFERENCIAÇÃO

A referenciação anafórica é um recurso linguístico importante na produção textual; no entanto, classificar (ou identificar) os diversos tipos de anáfora não tem sido uma tarefa fácil. Os autores divergem bastante quanto aos critérios que adotam e, conseqüentemente, também quanto ao quadro de classificação que apresentam.

Apesar dessa divergência, é consensual a ideia de que há correferência entre duas expressões quando, no discurso, elas designam o mesmo referente (APOTHÉLOZ, 2003). Além disso, conforme o exposto no capítulo anterior, tradicionalmente, a anáfora, em sua forma mais simples, pressupõe algo que já foi dito. Ou seja, um termo correferencia o outro, havendo, dessa forma, uma identidade referencial entre o termo anafórico e o anaforizado. Por conseguinte, entende-se que o conceito de correferencialidade tem sido o ponto crucial nas discussões sobre anáfora, e, dessa forma, muitos autores têm definido o fenômeno anafórico naquilo que ele tem de essencial que é a relação correferencial estabelecida entre dois termos.

Segundo proposta de Cavalcante (2004), as anáforas dividem-se em dois grandes grupos: anáfora com retomada e anáfora sem retomada. O primeiro grupo caracteriza-se pela correferencialidade e subdivide-se em: a) anáfora correferencial cossignificativa; b) anáfora correferencial com recategorização; c) anáfora parcial cossignificativa. No segundo grupo, encontram-se as anáforas não correferenciais, também denominadas anáforas indiretas. Esse tipo caracteriza-se pela não correferencialidade, ou seja, a anáfora não retoma um referente, mas remete a algum antecedente e introduz um referente novo. Entre as anáforas indiretas, segundo a autora, destacam-se: a) anáfora indireta com categorização de um novo referente; b) anáfora indireta com recategorização lexical (implícita ou não); c) anáfora encapsuladora.

Koch (2004) compartilha dessa mesma concepção. De acordo com a autora, as formas nominais anafóricas, que são objeto deste estudo, podem fazer remissão não somente a elementos presentes no cotexto, como também àqueles que são detectáveis a partir de outros elementos nele presentes. A autora ressalta que:

[...] a anáfora pode dar-se com ou sem a retomada de referentes anteriormente expressos. No primeiro caso, pode haver simplesmente correferência entre a expressão anafórica e seu antecedente textual, ou ocorrer a recategorização deste. (KOCH, 2004, p. 244-245)

No caso da anáfora sem retomada de referentes textuais, Koch (2004) afirma que o referente da forma nominal terá como base um elemento, ou conjunto de elementos presentes no cotexto, o qual se tem denominado “âncora ou gatilho do antecedente”.

Depois dessa apresentação geral sobre o tema correferenciação, e considerando-se o fato de que o interesse deste trabalho recai sobre as formas nominais anafóricas, será exposta, a seguir, a classificação proposta por Koch (2004) para as estratégias de referenciação com núcleos nominais anafóricos.

3.1 ANÁFORAS CORREFERENCIAIS SEM RECATEGORIZAÇÃO

Neste tipo de anáfora, como se pode observar nos exemplos descritos a seguir, a retomada pode efetuar-se por meio das seguintes estratégias: repetição (total ou parcial) do antecedente e sinonímia ou parassinonímia.

3.1.1 REPETIÇÃO TOTAL OU PARCIAL

Neste caso, a anáfora repete, total ou parcialmente, o núcleo do antecedente, como se pode observar no exemplo (1), extraído de Koch (2005a, p. 51, grifos da autora):

(1) *Os cães* são animais de faro apuradíssimo. Por isso, *os cães* são excelentes auxiliares da polícia.

A retomada parcial ocorre quando apenas parte do antecedente é retomado. Nesse caso, escolhe-se a parte que é significativa para a construção do sentido. Os exemplos (2) e (3), retirados de Koch (2004, p. 246, grifos da autora), ilustram essa estratégia:

(2) Durante a conferência, o Professor Doutor José Mendonça pediu a palavra. **O professor** insinuou que o conferencista estava cometendo um sério engano.

(3) Durante a conferência, o Professor Doutor José Mendonça pediu a palavra. **Mendonça** insinuou que o conferencista estava cometendo um sério engano.

3.1.2 SINONÍMIA OU PARASSINONÍMIA

De acordo com Koch (2004, p. 246),

[...] a seleção lexical de um sinônimo adequado para operar a remissão é, freqüentemente, determinada pelo gênero textual e/ou pela variedade de língua utilizada, podendo ainda construir uma opção estilística do produtor.

Dessa forma, no caso de um instrumento jurídico, seria pouco provável encontrar, em lugar de *domicílio*, os termos *lar*, *casa* ou *moradia*. No entanto, essas palavras seriam normais em gêneros coloquiais. Por sua vez, no caso de um contrato de compra e venda, o termo mais comum seria *imóvel*.

A seguir, um exemplo de termo técnico retomado anaforicamente por uma palavra sinônima de linguagem comum, extraído de Koch (2004, p. 247, grifos da autora):

(4) Deixe-me examinar o seu **artelho**. À primeira vista, não me parece que o **dedo** esteja fraturado.

3.2 ANÁFORAS CORREFERENCIAIS RECATEGORIZADORAS

A recategorização se dá pelo uso de uma expressão diferente do seu referente, que é remodulado em sua forma de designação. Essas anáforas ocorrem nos seguintes casos de retomadas correferenciais: por hiperonímia, por termos genéricos e por descrições nominais.

3.2.1 HIPERONÍMIA

A hiperonímia diz respeito à retomada referencial na qual ocorre uma relação de traços lexicais entre o hipônimo e o hiperônimo. Este deve conter todos os traços lexicais do hipônimo. A seguir, tem-se um exemplo dessa estratégia (KOCH, 2004, p. 248, grifos da autora):

(5) Tive de levar o **liqüidificador** para o concerto. O **aparelho** está com defeito. (aparelho = liqüidificador)

3.2.2 TERMOS GENÉRICOS

Este tipo de retomada refere-se ao processo anafórico que ocorre por meio de nomes de ordem genérica (ex.: coisa, pessoa, criatura, indivíduo, negócio). Koch (2004, p. 250) explica que o uso desses termos genéricos é bastante comum na língua falada. A autora ressalta que “também aqui a seleção do termo anafórico pode estar ligada à variedade regional ou social dos interlocutores”.

(6) A multidão ouviu o ruído de *um motor*. Todos olharam para o alto e viram *a coisa* se aproximando. (KOCH, 2005a, p. 50, grifos da autora)

3.2.3 DESCRIÇÕES NOMINAIS

A retomada por meio de uma descrição nominal é formada por uma expressão nominal, composta, minimamente, de um nome normalmente acompanhado de determinante e/ou modificador(es). Segundo Koch (2003, p. 87), as descrições nominais são caracterizadas por uma escolha que o locutor faz “dentre as propriedades atribuíveis a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevante(s) para a viabilização de seu projeto de dizer”. Trata-se, portanto, de uma seleção de características do referente, que serão destacadas pelo produtor do texto, o que pode desencadear uma função avaliativa, visto que traz ao leitor crenças e opiniões do autor do texto. Pode-se notar isso no exemplo (7), retirado de Koch (2005b, p. 36, grifo da autora):

(7) O americano Ray Charles pertenceu a uma categoria rara de artistas: a dos legítimos inventores. [...] *Esse artista único* morreu na quinta-feira passada, 10 de junho, por causa de problemas no fígado.

3.3 ANÁFORAS NÃO CORREFERENCIAIS

Koch (2004) distingue três tipos de anáforas não correferenciais: anáfora indireta, anáfora rotuladora e rotulação metadiscursiva.

3.3.1 ANÁFORA INDIRETA

Segundo Marcuschi (2005, p. 53), a anáfora indireta é um fenômeno textual constituído geralmente por “expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto”. Em sua abordagem, o referido autor demonstra que, pela anáfora indireta, não ocorre uma retomada de um referente, mas a ativação de novos referentes que têm ancoragem no universo textual. Segundo o autor, um caso típico de anáfora indireta pode ser encontrado no exemplo (8), no qual a expressão “vai a uma ilha” ancora a interpretação de “o barco”:

(8) Essa história começa com uma família que *vai a uma ilha* passar suas férias. Quando amanheceu eles foram ver como estava *o barco*, para ir embora e perceberam que o barco não estava lá. (MARCUSCHI, 2005, p. 53, grifos do autor)

Essa concepção é partilhada por Koch (2004, p. 253). A autora afirma que as anáforas indiretas ocorrem sempre que:

[...] um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de relação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação. Um subtipo dessas anáforas são as chamadas anáforas associativas.

As anáforas associativas exploram as relações de “ingrediência”, ou seja, aquelas em que um dos elementos pode ser considerado “ingrediente” do outro. Tal relação pode ser verificada no exemplo (9), no qual *vagões* e *bancos* podem ser considerados “ingredientes” de *trem*:

(9) Uma das mais animadas atrações de Pernambuco é o **trem** do forró. Com saídas em todos os fins de semana de junho, ele liga o Recife à cidade de Cabo de Santo Agostinho, um percurso de 40 quilômetros. Os **vagões**, adaptados, transformam-se em verdadeiros arraias. Bandeirinhas coloridas, fitas e balões dão o tom típico à decoração. Os **bancos**, colocados nas laterais, deixam o centro livre para as quadrilhas. (KOCH, 2004, p. 254, grifos da autora)

No exemplo (9), a seleção apropriada de termos que pertencem a um mesmo campo lexical permite, por meronímia, a construção dos referentes.

3.3.2 ANÁFORAS ROTULADORAS

Como define Conte (2003, p. 177), esse tipo de anáfora é um “recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto”. Francis (2003, p. 191) refere-se a esse tipo de coesão lexical dos grupos nominais como “rotulação”.

Koch (2004, p. 254), com base em Conte (2003) e em Francis (2003), destaca que é fato bastante comum “o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes do contexto, resumizando-os ou encapsulando-os sob um determinado rótulo”.

Essas anáforas são, em grande parte, introduzidas por um demonstrativo seguido de nomes-núcleo, tais como *estado*, *fato*, *fenômeno*, *circunstância*, *condição*, *evento*, *atividade*, *hipótese*, os quais “não nomeiam um referente específico, mas referentes textuais abstratos e freqüentemente genéricos e inespecíficos” (KOCH, 2005b, p. 38). Ao serem empregados, esses nomes-núcleo exigem que o leitor interprete não só a expressão em si, mas também a informação cotextual. Essa estratégia pode ser observada no exemplo (10), em que a expressão *essa hipótese* faz remissão a todo o conteúdo da primeira oração:

(10) Imagina-se que existam outros planetas habitados. *Essa hipótese* tem ocupado a mente dos cientistas desde que os OVNI's começaram a ser avistados. (KOCH, 2005a, p. 51, grifo da autora)

Segundo Koch (2005b, p. 39), as anáforas rotuladoras podem desempenhar duas funções textuais importantes. Há aquelas que “rotulam um segmento do texto, transformando-o em objeto-de-discurso e abrindo, assim, a possibilidade de progressão textual”, como se pode verificar no exemplo a seguir:

(11) O tratamento do diabetes passa por uma grande transformação. Da alçada da endocrinologia, a doença será de agora em diante considerada também uma especialidade da cardiologia. *Essa ampliação* é decorrente da estreita relação entre o diabetes e os distúrbios cardiovasculares. (KOCH, 2005b, p. 39, grifo da autora)

Ainda segundo Koch (2005b, p. 39), as anáforas rotuladoras também “realizam operações de nominalização, por meio de nomes deverbais ou não”. É o que ocorre no exemplo a seguir:

(12) A Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo determinou ontem que todos os produtos com suspeita de conter transgênicos em sua composição sejam recolhidos dos locais de venda em até 15 dias. **A determinação** cumpre uma lei estadual de dezembro de 1999. (KOCH, 2004, p. 256, grifo da autora)

É importante observar também que os rótulos podem desempenhar função avaliativa. É o que se pode notar no exemplo seguinte, extraído de Koch (2004, p. 256, grifo da autora):

(13) É fácil apontar as razões de sucesso – ou fracasso – de um projeto após sua conclusão. O complicado é antecipá-las. Os executivos da Petrobrás, a maior empresa brasileira, enfrentaram **um desafio assim** há quatro anos, quando iniciaram a implantação do programa de gestão R/3 da SAP, batizada de projeto Sinergia.

3.3.3 ROTULAÇÕES METADISCURSIVAS

No caso dos rotuladores metadiscursivos, afirma-se que esse recurso linguístico não sumariza uma porção textual precedente, mas sim se desdobra sobre o próprio discurso. Isso significa afirmar que:

A peculiaridade dessa modalidade de referência, de estampar a gestão do processo verbal-interativo, tem sido definida como auto-reflexividade discursiva, no sentido de que o discurso se dobra sobre si mesmo, constituindo-se como referência de si próprio. (JUBRAN, 2005, p. 220)

Segundo Koch (2008a, p. 205), os rotuladores metadiscursivos ou metalinguísticos recaem sobre o modo do dito, ou seja, “atribuem uma qualificação ao ato de enunciação realizado pelos personagens a que se refere o texto encapsulado”. Em outras palavras, o produtor textual, por meio desses rótulos, avalia sua própria enunciação ou a enunciação do outro e dá-lhe estatuto de objeto discursivo. Francis (2003, p. 202, grifos do autor) postula que os nomes metalinguísticos

[...] rotulam uma extensão discursiva como sendo um tipo particular de *linguagem*. São usados pelo escritor para forjar relacionamentos localizados inteiramente dentro do próprio discurso; eles instruem o leitor a interpretar o *status* lingüístico de uma proposição de um modo particular.

Para melhor compreender o caso dos rotuladores metadiscursivos, veja-se o exemplo (14), retirado de Koch (2005b, p. 42), no qual a expressão “o lema” remete a todo o enunciado “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”.

(14) A atual voga nacionalista reproduz os mitos de sempre. Reveste-se, entretanto, de um verniz mais bajulatório, publicitário e “democrático”, em comparação a iniciativas de outros tempos. “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”: o *lema* traduz para a primeira pessoa o famigerado e antigo *mote* da ditadura: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. (grifos da autora)

No exemplo (14), o produtor faz remissão ao próprio discurso e ainda, com os referidos rótulos (*lema* e *mote*), sinaliza para o leitor como esse ato de fala deve ser interpretado.

Francis (2003) propõe uma divisão dos nomes nucleares dos rótulos metadiscursivos nos seguintes grupos: nomes ilocucionários (*declaração, promessa, asserção, conclusão, aviso, etc.*); nomes de atividades languageiras (*consideração, descrição, controvérsia, ocorrência, etc.*); nomes de processo mental (*análise, atitude, dúvida, crença, pensamento, descoberta, etc.*); nomes de textos (*pergunta, sentença, termo, página, frase, etc.*).

A seguir, tomando por base os princípios teóricos estabelecidos nos capítulos anteriores, será apresentada a análise dos textos que constituem o corpus deste estudo. Por meio dessa análise, pretende-se demonstrar como os textos técnico-científicos contam com o aparato da referenciação para construção de objetos discursivos.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS

Nos capítulos anteriores, buscou-se tratar dos principais traços das estratégias de referenciação anafórica com núcleos nominais, conforme as orientações teóricas de Koch (2004).

A autora apresenta a seguinte classificação para os tipos de anáforas nominais: anáforas correferenciais e anáforas não correferenciais. Como já foi visto, o grupo das anáforas correferenciais subdivide-se em anáforas correferenciais sem recategorização (repetição total ou parcial e sinonímia ou parassinonímia) e anáforas correferenciais recategorizadoras (hiperonímia, termos genéricos e descrições nominais). Por sua vez, o grupo das anáforas não correferenciais subdivide-se em anáforas indiretas, anáforas rotuladoras e rotulações metadiscursivas.

Com base no que foi estudado, pretende-se, neste capítulo, analisar o papel funcional dessas estratégias nos textos que constituem o corpus do presente estudo. Para isso, serão apresentados quadros com as frequências dos tipos de estratégias anafóricas encontradas nos textos escolhidos. Ademais, serão analisados alguns exemplos extraídos do corpus.

4.1 CORPUS

Os dados analisados foram extraídos das seguintes publicações editadas pela Embrapa: *Revista de Política Agrícola*, *Texto para Discussão* e *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Os textos que fazem parte dessas publicações foram escritos por autores de diferentes áreas do conhecimento científico, tais como: Agronomia, Bioquímica, Direito Ambiental, Economia, entre outras.

O corpus constitui-se de 12 fragmentos de textos, que foram escolhidos, após uma triagem, por parecerem exemplificar melhor o assunto abordado. Reuniram-se, após a coleta dos dados, um total de 260 ocorrências de retomadas por meio de distintas estratégias de referenciação anafórica com núcleos nominais.

A metodologia de análise adotou os seguintes procedimentos: a) leitura dos textos; b) identificação das ocorrências de anáforas correferenciais e não

correferenciais; c) análise e quantificação das ocorrências, considerando os aspectos textuais e discursivos; d) interpretação das regularidades identificadas.

Com a intenção de ilustrar a análise, será apresentada uma síntese analítica dos resultados por meio de tabelas e gráficos, que trazem em número as ocorrências dos tipos de anáforas, bem como seus percentuais.

4.2 RESULTADOS

Nos textos analisados, observou-se uma variedade de ocorrências anafóricas. Essa constatação demonstra as possibilidades de que os autores dispõem para a construção de sentido por meio das expressões referenciais.

O primeiro passo após a leitura dos textos foi a identificação e a análise dos processos de referenciação utilizados nos textos selecionados. Em seguida, fez-se a classificação dos processos em anáforas correferenciais e anáforas não correferenciais.

4.2.1 ANÁFORAS CORREFERENCIAIS

Na Tabela 1, foram descritos os tipos de anáforas correferenciais e o número das ocorrências identificadas por texto:

Tabela 1. Distribuição das anáforas correferenciais no corpus.

ANÁFORAS CORREFERENCIAIS					
	Repetição total ou parcial	Sinonímia ou parassinonímia	Hiperonímia	Termos genéricos	Descrição nominal
Texto 1	11	4	4	1	1
Texto 2	19	1	2	0	1
Texto 3	18	5	4	4	0
Texto 4	5	2	0	0	1
Texto 5	5	0	2	0	1
Texto 6	10	0	2	4	0
Texto 7	3	0	3	0	1
Texto 8	15	4	1	0	2
Texto 9	4	2	4	0	0
Texto 10	13	0	0	1	2
Texto 11	2	0	0	0	2
Texto 12	3	0	3	0	2
Total	108	18	25	10	13

A seguir, o Gráfico 1 ilustra a distribuição geral dos dados coletados:

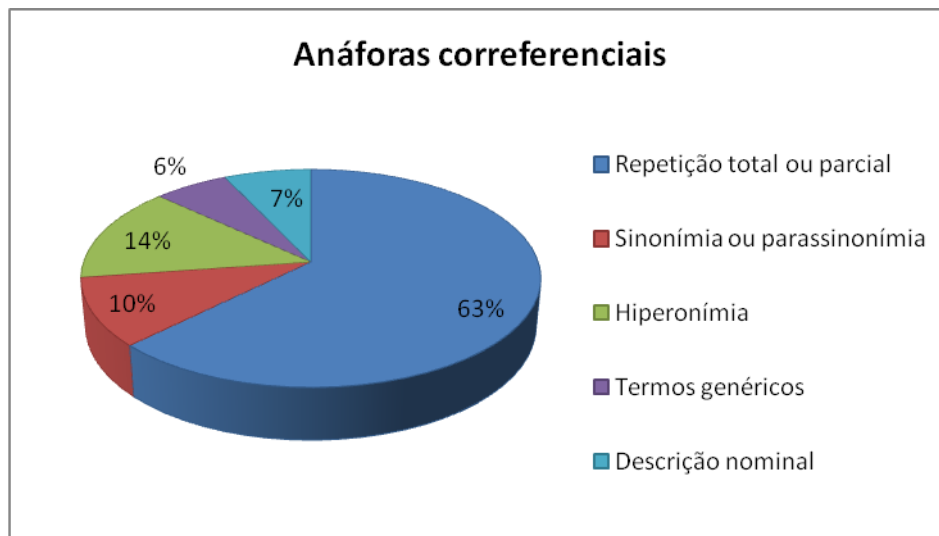


Gráfico 1. Distribuição geral das ocorrências por tipos de anáforas correferenciais.

Com base nos dados apresentados na Tabela 1 e no Gráfico 1, pode-se observar que, em relação às anáforas correferenciais, a estratégia mais utilizada foi a anáfora por repetição total ou parcial. Esse tipo de anáfora apareceu 108 vezes, destacando-se das outras com percentual de 63%. Esse resultado evidencia que o gênero em análise favorece especificamente o emprego desse tipo de anáfora correferencial.

As ocorrências a seguir, todas identificadas no corpus, ilustram o emprego das anáforas por repetição total ou parcial. Nesses exemplos¹, o nome-núcleo do antecedente se repete no termo anafórico e não há alteração nenhuma de significado. Nenhuma propriedade é atribuída à entidade referida:

(15) **O Brasil** é um grande produtor, consumidor e exportador de carnes. Em relação à carne bovina, atualmente **o Brasil** é o segundo maior produtor mundial e seu consumo é o terceiro maior do mundo. (CONTINI et al., 2006, p. 10)

(16) Para Varella (1996) **essa forma de proteção** traz uma realidade perversa para a área agrícola: a cada característica patenteada, o agricultor que adquire a semente terá que pagar determinado royalty. Se naquela planta existir mais de uma característica patenteada (várias seqüências de ADN), será pago royalty a cada titular de registro. O Brasil não admite **essa forma de proteção**. (MACHADO et al., 2008, p. 51)

¹ São meus todos os trechos em negrito de todos os exemplos deste capítulo. Trechos em itálico ou entre aspas são do original.

(17) No processo de modernização, **um grupo de agricultores** conseguiu acumular recursos que foram utilizados para financiar a implantação de novas tecnologias e saldar compromissos financeiros. **Esse grupo de agricultores**, estimado entre 600 mil e 1 milhão de estabelecimentos, entre pequenos, médios e grandes, são responsáveis pelo bom desempenho da agricultura. (ALVES et al., 2005, p. 43)

(18) **A renda líquida** de longo prazo mede a remuneração do empreendedor pelo risco que corre ao administrar o estabelecimento. É o resíduo que sobra depois de serem remunerados todos os fatores de produção. O empreendedor compara **essa renda líquida** com alternativas para verificar se compensa manter a atividade. (ALVES et al., 2005, p. 43)

(19) Na mesma linha de reflexão, destaca-se **Bernardo Mançano Fernandes**, doutor em Geografia Humana e professor na Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), campus de Presidente Prudente. Em entrevista ao jornal *A nova democracia* (NUNES, 2007), **Fernandes** afirmou que o agronegócio foi uma palavra criada na década de 1990 para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura, buscando renovar a sua imagem, sem conseguir esconder o que está na sua raiz e na sua lógica: a concentração e a exploração. (VALENTE, 2008, p. 28)

Ainda com base nos dados coletados, com um número bem menos significativo de ocorrências, observou-se que a anáfora por hiperonímia foi a segunda estratégia mais utilizada: 14% dos dados coletados. Nos exemplos (20) a (22), os vocábulos “doença”, “País” e “cereal” são, respectivamente, hiperônimos de “ferrugem-da-soja”, “Brasil” e “milho”. Esses casos ilustram a anáfora por hiperonímia, em que vocábulos de sentido mais amplo estabelecem uma relação entre vocábulos de sentido mais restrito.

(20) A entrada **da ferrugem-da-soja** (*Phakapsora pachyrhizi*) foi registrada em 2002, no Brasil, somente na safra 2003–2004, e os prejuízos estimados são da ordem de US\$ 2,1 bilhões decorrentes das perdas de produção e dos gastos com o controle **dessa doença**. (HOMMA, 2008, p. 64)

(21) Desde então, a OCDE faculta aos países não membros a possibilidade de participarem de seus fóruns mundiais, comitês e grupos de trabalho, seja na condição de observadores ou membros plenos, tendo **o Brasil** se tornado um de seus parceiros, sobretudo a partir de 1998, quando ela lançou um programa de trabalho voltado para **o País**. (MORAES, 2007, p. 8)

(22) **O milho** é um dos cultivos mais predispostos à contaminação por micotoxinas. Aflatoxinas, fumonisinas, zearalenona, ocratoxina A e desoxinivalenol, cujas características são resumidas na Tabela 1, são as principais micotoxinas produzidas **nesse cereal**. (BRABET et al., 2005, p. 442)

A pesquisa revelou ainda que a frequência das anáforas por sinonímia ou parassinonímia, por descrição nominal e por termos genéricos não foi expressiva quando comparada à frequência das anáforas por repetição total ou parcial. Os

percentuais de ocorrência desses processos corresponderam, respectivamente, a 10%, 7% e 6% dos dados coletados. Os exemplos (23) a (25) ilustram o uso dessas estratégias no corpus.

(23) **Os países** que usam recursos genéticos nos processos formais de inovação – na maioria dos casos, países industrializados – encontram, nessa forma de apropriação, um incentivo para não promover a repartição de benefícios. Os órgãos de registro de propriedade intelectual **dessas nações** conferem patentes sobre esses recursos, geralmente provenientes de países em desenvolvimento, sem o consentimento prévio de seus detentores e sem que qualquer benefício decorrente dessa exploração chegue até eles. (MACHADO et al., 2008, p. 62)

(24) Pode causar estranheza a muitos, sobretudo aos desavisados e àqueles que não a leram, que a produção de **Gramsci** seja empregada para criticar a posição de intelectuais orgânicos de movimentos sociais que, se sabe, também têm **o teórico político italiano** como referência. (VALENTE, 2008, p. 43-44)

(25) Finalmente, o “sistema de punição ou coação” age no sentido oposto ao do sistema de premiação; ou seja, enquanto o sistema anterior é um incentivador ou um reforço positivo para **o pesquisador**, o sistema de punição procura estabelecer um controle inverso dos comportamentos **desse indivíduo**, no processo de pesquisa. (TRIGUEIRO, 2008, p. 94)

O exemplo (23) ilustra um caso de anáfora por sinonímia. Nesse caso, os termos “países” e “nações” são correspondentes quanto ao aspecto semântico e podem ser intercambiáveis no texto, sem alterações de significado. Por sua vez, em (24), a descrição definida “o teórico político italiano” não retoma diretamente o referente “Gramsci”, mas o faz de maneira recategorizada. Por meio dessa estratégia, o produtor do texto dá mais informações ao leitor, esclarecendo e explicando ou tornando ainda mais claro quem é o referente mencionado.

Por fim, observa-se no exemplo (25) que a retomada ocorre por meio do termo genérico “indivíduo”.

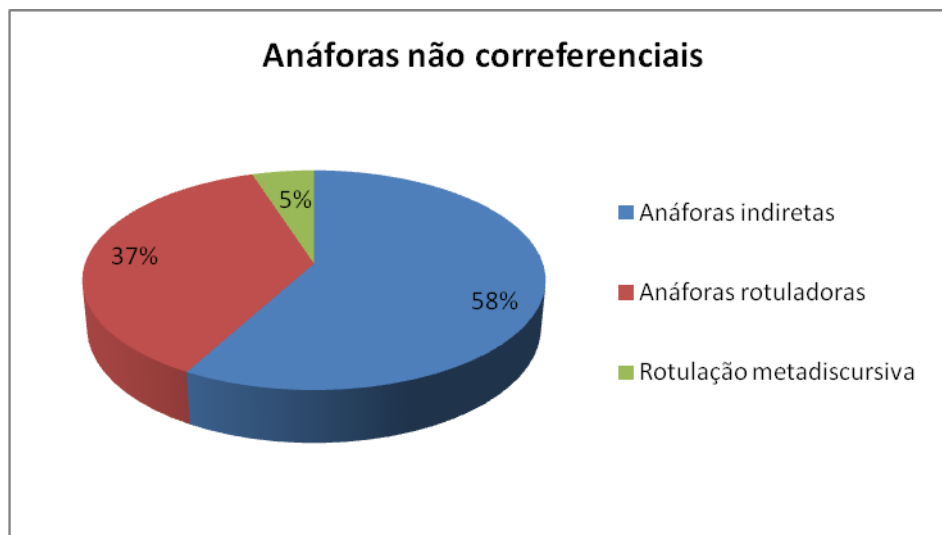
4.2.2 ANÁFORAS NÃO CORREFERENCIAIS

A Tabela 2 apresenta a quantificação dos tipos de anáforas não correferenciais destacados em cada texto analisado:

Tabela 2. Distribuição das anáforas não correferenciais no corpus.

ANÁFORAS NÃO CORREFERENCIAIS			
	Anáfora indireta	Anáforas rotuladoras	Rotulação metadiscursiva
Texto 1	7	4	0
Texto 2	1	3	0
Texto 3	3	5	1
Texto 4	1	4	1
Texto 5	4	1	0
Texto 6	2	3	1
Texto 7	5	0	0
Texto 8	5	3	0
Texto 9	12	1	0
Texto 10	2	1	1
Texto 11	1	4	0
Texto 12	7	3	0
Total	50	32	4

A seguir, o Gráfico 2 ilustra a distribuição geral dos dados coletados:

**Gráfico 2.** Distribuição geral das ocorrências por tipos de anáforas não correferenciais.

De um modo geral, pode-se observar que o uso da anáfora indireta predominou em mais da metade de todo o corpus da pesquisa. Foram encontradas 50 ocorrências nos textos selecionados, o que equivale a 58% de todas as anáforas não correferenciais utilizadas. No que diz respeito à anáfora rotuladora, foram identificadas 32 ocorrências no corpus, o que representa 37% do total dos dados.

Por sua vez, a anáfora metadiscursiva foi identificada em um número bem menos significativo: 5% de todas as ocorrências.

Como já foi visto, as anáforas indiretas caracterizam-se pelo fato de não existir no cotexto um antecedente explícito, mas sim um elemento de relação que se pode denominar “âncora” (KOCH, 2004), o qual é decisivo para a interpretação. Os exemplos (26) a (28), todos extraídos do corpus, ilustram essa relação entre o termo anafórico e sua âncora textual.

(26) Com relação à **brucelose bovina**, vários países da Europa são considerados livres, entre eles a Grã-Bretanha, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Luxemburgo, Suécia, Holanda e Noruega. Nos países que não são livres, **programas de erradicação** são cofinanciados pela União Europeia. (VALENTE et al., 2009, p. 53)

(27) Em âmbito mundial, o crescimento da produção de **açúcar** atingirá um ritmo menor. **Os estoques mundiais** estão baixos e sua recuperação será pequena nos próximos anos. (GOES et al., 2008, p. 45)

(28) A domesticação **da seringueira** iniciou-se em 1876, quando Henry Alexander Wickham (1846–1928) levou **70 mil sementes** da região do Rio Tapajós para a Royal Botanic Gardens, em Kew, Londres. Mais tarde, **as mudas** foram levadas para o Sri Lanka e a espécie se disseminou no sudeste asiático [...] (HOMMA, 2008, p. 37)

No exemplo (26), a expressão “brucelose bovina” funciona como âncora para a expressão anafórica “programas de erradicação”, que é introduzida no discurso, mas previsível pela temática textual.

Outro caso de anáfora indireta ocorre em (27). Nesse exemplo, o referente “açúcar” é ativado a partir da interpretação da expressão “estoques mundiais”. A referenciação ocorre de forma mais cognitiva, por meio de uma inferência.

Por sua vez, no exemplo (28), ocorre uma relação inferencial entre o todo (“seringueira”) e suas partes (“sementes” e “mudas”). O processo de referenciação nessa ocorrência é realizado por meio de anáfora associativa que, conforme já foi visto, é um subtipo da anáfora indireta.

No que diz respeito à anáfora rotuladora, sabe-se que essa estratégia caracteriza-se pelo uso de uma forma nominal que recategoriza segmentos precedentes do contexto, resumizando-os ou encapsulando-os sob um determinado rótulo.

Os trechos a seguir foram identificados no corpus e constituem exemplos de anáforas rotuladoras:

(29) O ritmo fraco de crescimento econômico é o maior problema da economia brasileira contemporânea. Muitos consideram que **esse desempenho** se deve à política monetária que, visando atingir metas inflacionárias, mantém a taxa de juros num nível que restringe despesas de consumo e investimentos. (CARVALHO; SILVA, 2008, p. 14)

(30) De Zen e Srandão (1998), em estudos feitos na Cidade de São Paulo sobre o perfil do consumidor de carne bovina identificaram que os consumidores, de maneira geral, valorizam a qualidade do produto - identificada por características externas. Entretanto, **essa valorização**, para as classes com faixa de renda mais baixas, perde a importância para o preço do produto. (BRISOLA; CASTRO, 2006, p. 101)

(31) Na metade da década de 90, surgiram as primeiras cultivares de arroz adaptadas à nova demanda nacional (CASTRO et al., 1999). **Esse fato** deu condições de competitividade e qualidade ao arroz de terras altas e suscitou uma grande expectativa para a rizicultura de terras altas no Centro-Oeste, renovando a esperança de que esse sistema se consolidasse de forma sustentável na região dos cerrados. (FERREIRA; MENDEZ DEL VILLAR, 2005, p. 100-101)

Observa-se no exemplo (29) que o anafórico “esse desempenho” resume uma porção precedente do texto e cria um novo referente. No exemplo (30), o anafórico “essa valorização” não faz retomada, mas nominaliza e ativa o segmento “identificaram que os consumidores, de maneira geral, valorizam a qualidade do produto”. Por sua vez, em (31), o sintagma anafórico “esse fato” encapsula uma porção antecedente, ou seja, retoma de forma resumida o segmento anterior.

Por fim, as rotulações metadiscursivas, que apresentaram um percentual bem inferior quando comparado ao das outras anáforas não correferenciais, constituem um tipo bem particular de rotulação. Nesse tipo de estratégia, a unidade lexical anafórica não sumariza uma porção textual precedente, mas sim se desdobra sobre o próprio discurso. No exemplo (32), também extraído do corpus desta pesquisa, observa-se a ocorrência de uma anáfora metadiscursiva por nome ilocucionário (“afirmação”), que retoma o que foi dito anteriormente a respeito das “séries de preços mensais da borracha natural”:

(32) Observa-se na Fig. 1 que as séries de preços mensais da borracha natural movimentaram-se juntas no período analisado. Então, aparentemente, tais séries seriam co-integradas, ou seja, haveria uma relação de equilíbrio de longo prazo entre elas. Todavia, **essa afirmação** deve ser examinada criteriosamente. (SOARES et al., 2008, p. 56)

CONCLUSÃO

Neste estudo, realizou-se uma análise das ocorrências dos processos de referenciação utilizados no discurso científico. Verificou-se, mais especificamente, a maneira pela qual os autores de textos técnico-científicos utilizam as formas nominais referenciais anafóricas para o melhor encadeamento das informações veiculadas em seus textos.

Inicialmente, no capítulo 1, apresentou-se o conceito de referenciação como atividade discursiva. Nesse sentido, ressaltou-se a ideia de que o processo de referenciação deve ser visto como uma atividade de construção de objetos de discurso, os quais não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no processo de interação.

Em seguida, no capítulo 2, discutiu-se a noção de anáfora. A esse respeito, foi apresentada a visão estreita da anáfora, que a vê como um fenômeno essencialmente ligado à coesão textual e caracterizado pela retomada de um segmento de texto por outro. De acordo com essa visão, a anáfora deve ser correferencial e o antecedente deve ser explícito. Por sua vez, na visão ampliada, foca-se mais na dinâmica textual e na construção de objetos de discurso. Nessa perspectiva, as anáforas servem tanto para a continuidade e a manutenção referenciais quanto para a construção dos sentidos no texto.

No capítulo 3, foram estabelecidas algumas considerações a respeito da correferenciação. Além disso, segundo abordagem de Koch (2004), apresentou-se a classificação para as estratégias de referenciação com núcleos nominais anafóricos.

Por fim, no capítulo 4, tomando por base a classificação apresentada, efetuou-se a análise dos dados coletados nos textos que constituíram o corpus do presente estudo. Os textos escolhidos para este estudo encontram-se nas seguintes publicações editadas pela Embrapa: *Revista de Política Agrícola*, *Texto para Discussão* e *Cadernos de Ciência & Tecnologia*.

No que concerne à análise empreendida, constatou-se que as anáforas correferenciais são mais frequentemente utilizadas nos textos técnico-científicos selecionados. Isso fica claro quando se observa o gráfico com os resultados gerais do total de retomadas encontradas no corpus:

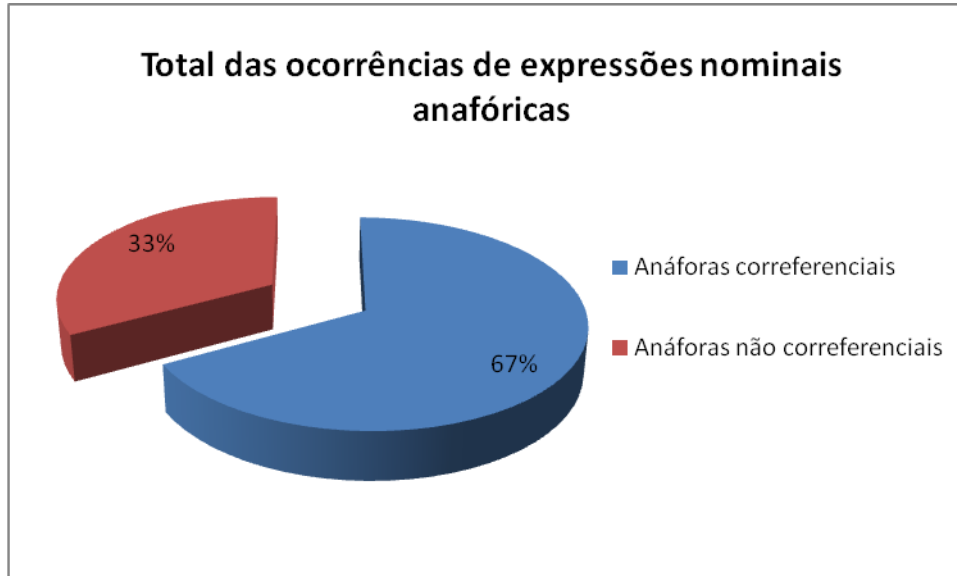


Gráfico 3. Distribuição em percentual das anáforas correferenciais e não correferenciais.

Com relação aos tipos de anáforas, destaca-se ainda que o tipo mais utilizado foi a anáfora por repetição total ou parcial. O Gráfico 4 ilustra a distribuição geral das ocorrências por tipos de anáfora.

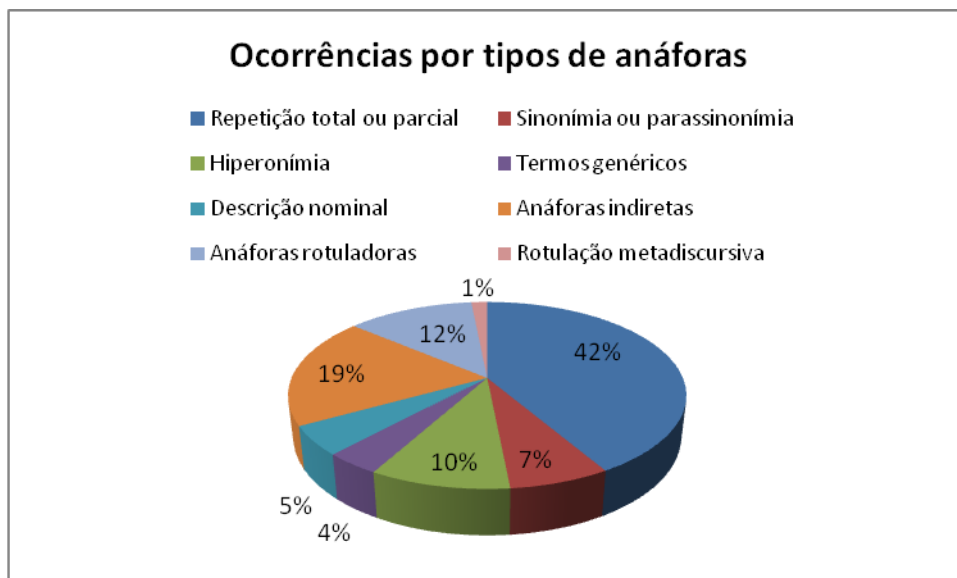


Gráfico 4. Distribuição geral de ocorrências por tipos de anáforas.

Os resultados alcançados ressaltam que os textos analisados apresentaram uma grande incidência de formas nominais anafóricas. Tal fato comprova que os processos de referência desempenham um papel crucial na textualidade do gênero em estudo. Acredita-se que o uso frequente desses recursos deve-se ao fato

de que os textos técnico-científicos reúnem informações de várias fontes e, para melhor organizá-las, necessitam fazer uso constante desses mecanismos, que são importantes para a progressão temática, para a recuperação de informações e para a qualidade do texto de modo geral.

A análise empreendida permite concluir ainda que o gênero em estudo favorece o emprego das anáforas correferenciais e, mais especificamente, das anáforas por repetição total ou parcial. Esses resultados levam a crer que, em textos de cunho científico, o uso frequente da repetição lexical e das anáforas correferenciais de um modo geral contribui para a organização discursiva e favorece a coesão e a geração de sequências mais compreensíveis.

Dada a sua relevância, e por ser considerado um dos principais meios para a disseminação da ciência, o texto científico necessita ser redigido de forma clara, precisa e objetiva, de modo que outros investigadores possam reproduzir as mesmas experiências ali descritas, bem como verificar a exatidão da análise e das conclusões do autor. Com base nessas comprovações, acredita-se que o uso frequente das retomadas por meio da repetição de um item lexical parece servir a esses propósitos.

Sem nenhuma pretensão de ter esgotado o tema proposto, este estudo priorizou uma breve análise das formas nominais anafóricas mais recorrentes em textos técnico-científicos. No entanto, acredita-se que a presente pesquisa contribui para uma melhor descrição dos mecanismos linguísticos utilizados no gênero científico e pode servir de fonte de pesquisa para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.; CONTINI, E.; HAINZELIN, E. Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 37-51, jan./abr. 2005.
- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.
- BRABET, C.; SALAY, E.; FREITAS-SILVA, O.; ALVES, A. F.; MACHINSKI JUNIOR, M.; VARGAS, E. A.; ZAKHIA-ROZIS, N. Gestão integrada de micotoxinas na cadeia produtiva do milho destinado à alimentação de frangos de corte no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 439-451, maio/ago. 2005.
- BRISOLA, M. V.; CASTRO, A. M. G. O consumidor de carne bovina do Distrito Federal – quanto paga e que atributos de valor o fariam pagar mais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, p. 95-125, jan./abr. 2006.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. S. Taxa de juros: um problema real para a agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XVII, n. 1, p. 14-23, jan./fev./mar. 2008.
- CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Orgs.). **Gêneros textuais e referenciação**. Fortaleza: Prottexto, 2004. CD-ROM.
- CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.
- CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; LEONARDI, L. B. A.; BASTOS, E. T. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XV, n. 1, p. 5-28, jan./fev./mar. 2006.
- FERREIRA, C. M.; MENDEZ DEL VILLAR, P. Dinâmicas territoriais do arroz de terras altas na Região Centro-Oeste do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 97-107, jan./abr. 2005.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

GOES, T.; MARRA, R.; SILVA, G. S. Setor sucroalcooleiro no Brasil: situação atual e perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XVII, n. 2, p. 39-51, abr./maio/jun. 2008.

HOMMA, A. K. O. **Extratativismo, biodiversidade e biopirataria**: como produzir benefícios na Amazônia. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 97 p. (Texto para Discussão, 27).

JUBRAN, C. S. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 219-241.

KOCH, I. G. V. **A Coesão Textual**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005a. 84 p.

KOCH, I. G. V. A referenciação como construção sociocognitiva: o caso dos rótulos. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 200-213, jan./jun. 2008a. Disponível em: <http://relin.lettras.ufmg.br/revista/upload/08-Ingedore_Koch.pdf>. Acesso em: 20 out. 2009.

KOCH, I. G. V. Como se constroem e reconstroem os objetos do discurso. **Investigações**, Recife, v. 21, n. 2, p. 99-114, jul. 2008b. Disponível em: <http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2009.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 168 p.

KOCH, I. G. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. **Veredas - revista de estudos lingüísticos**, Juiz de Fora, MG, v. 6, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap022.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

KOCH, I. G. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 33-52.

KOCH, I. G. V. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. (Orgs.). **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 244-262.

KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs.). **Gramática do português falado**: novos estudos descritivos. Campinas, SP: Unicamp, 2002. v. 8, p. 31-56.

KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **DELTA**. São Paulo, v. 14, número especial, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300012>. Acesso em: 14 nov. 2009.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 98 p. (Texto para Discussão, 34).

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-102.

MARCUSCHI, L. A. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, D. (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000b, p. 191-240. (Projetos Paralelos – NURC/SP, 4).

MARCUSCHI, L. A. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. **Revista do GELNE**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 55-65, 2000. Disponível em: <http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_12.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2009.

MILNER, J-C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES. B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES. B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p.17-52.

MORAES, A. L. M. Estimativas de apoio à agricultura brasileira pela OCDE. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XVI, n. 1, p. 7-16, jan./fev./mar. 2007.

SOARES, N. S.; SILVA, M. L.; LIMA, J. E.; ROSADO, P. L. Relação entre os preços da borracha natural nos mercados doméstico e internacional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XVII, n. 3, p. 51-63, jul./ago./set. 2008.

TRIGUEIRO, M. G. S. **O conteúdo social da tecnologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 153 p. (Texto para Discussão, 31).

VALENTE, A. L. E. F. **Algumas reflexões sobre a polêmica agronegócio versus agricultura familiar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 78 p. (Texto para Discussão, 29).

VALENTE, L. C. M.; VALE, S. M. L. R.; BRAGA, M. J. O programa nacional de controle e erradicação da brucelose e tuberculose. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XVIII, n. 4, p. 49-66, out./nov./dez. 2009.